



03 DE MARÇO 2009
Terça-feira

- **AMPLIAÇÃO DO SEGURO – DESEMPREGO É APROVADA PELO SETOR METALMECÂNICO DO PARANÁ**
- **PROJETO QUE CONDICIONA INCENTIVOS À MANUTENÇÃO DE EMPREGOS PREOCUPA O SINDIMETAL/ PR**
- **SALÁRIO MÍNIMO NO PARANÁ DEVE FICAR EM TORNO DE R\$ 620**
- **JUÍZES QUEREM MECANISMO CONTRA DISPENSA IMOTIVADA**
- **SEGUNDO VOLKS, DEMISSÕES NÃO ATINGIRÃO O BRASIL**
- **VOLKS ANUNCIA ALTA DE 15% NO LUCRO**
- **VENDAS AQUECIDAS NO SETOR DE VEÍCULOS**
- **LULA ESPERA MELHORA DA ECONOMIA APENAS NO SEGUNDO TRIMESTRE**
- **AUMENTA CONFIANÇA DA INDÚSTRIA**
- **RECEITA DIVULGA VARIAÇÃO DA SELIC DE FEVEREIRO DE 2009**
- **DÉBITOS COM A UNIÃO: DÍVIDAS PODERÃO SER PERDOADAS**
- **VENCE DIA 6 DE MARÇO O PRAZO PARA RECOLHIMENTO**
- **EMPREGADO QUEIMADO COM SODA CÁUSTICA RECEBERÁ INDENIZAÇÃO**

Câmbio		
Em 02/03/2008		
	Compra	Venda
Dólar	2,377	2,378
Euro	3,019	3,021

AMPLIAÇÃO DO SEGURO-DESEMPREGO É APROVADA PELO SETOR METALMECÂNICO DO PARANÁ

➤ ENTREVISTA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DO SINDIMETAL/PR

02/03/2009 – Jornale – Miriam Gasparin

A notícia da ampliação do número de parcelas do seguro-desemprego foi bem recebida pelos empresários do setor metalmeccânico. O seguro, que variava entre três e cinco meses, e passou para cinco a sete meses, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) segundo anúncio feito em fevereiro. Para o presidente do **Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Paraná (Sindimetal/PR)**, **Roberto Karam**, a medida foi a maneira encontrada para retribuir todas as contribuições arrecadadas pelo governo federal em épocas de ascensão.

Segundo Karam, nestes últimos dois anos, quando as empresas estavam com um ritmo de produção acelerado devido à grande demanda, o governo nunca arrecadou tanto com impostos. "Assim como todas as áreas, nossas empresas também se beneficiaram com a situação. Atualmente o momento é outro. As empresas tiveram uma redução violenta em suas vendas e estão realizando, quando possível, acordos objetivando a manutenção do emprego. Da mesma maneira, os trabalhadores estão em uma situação de incertezas. Agora é a hora da contrapartida por parte do governo, que é o que está acontecendo com esta ampliação", destaca.

PROJETO QUE CONDICIONA INCENTIVOS À MANUTENÇÃO DE EMPREGOS PREOCUPA O SINDIMETAL / PR

➤ ENTREVISTA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DO SINDIMETAL/PR

26/02/2009 – Jornale – Mirian Gasparin

Deputados da base governista apresentaram na semana passada um projeto de emenda à Constituição Estadual que estipula a manutenção de empregos como uma condição para incentivos fiscais a empresas no Paraná. De acordo com o presidente do **Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Paraná (Sindimetal/PR)**, **Roberto Karam**, o projeto precisa ser melhor debatido para que não se transforme em um desincentivo ao investimento. Para ele, o pedido do governador Roberto Requião, que se mostrou incomodado com demissões em empresas que receberam tratamento tributário especial para investir no Estado, não possui regras claras.

"Algumas perguntas devem ser respondidas, tais como, se serão considerados apenas nos incentivos específicos, ou seja, para a empresa que solicitar o benefício, ou os impeditivos para a demissão serão inseridos, também, em legislações genéricas e gerais, como por exemplo, no caso de diminuição de alíquotas de impostos; ou quantos empregos devem ser mantidos e por quanto tempo. Questões que ainda não foram mencionadas pelos nossos representantes", destaca.

Karam ressalta que, a princípio, a ideia não é errada, porque se há incentivo o governo pode exigir qualquer contrapartida. Mas pondera que é preciso lembrar que há momentos em que as empresas têm que adaptar a capacidade produtiva para sobreviver. "O problema é que o projeto criaria uma barreira para o uso dos benefícios. Poucas empresas aceitariam correr o risco de não poder ajustar o quadro de funcionários em um momento de crise econômica", afirma. Além disso, o presidente do Sindimetal entende que o Estado parece estar entendendo que as

indústrias instaladas aqui estão criando mais problemas do que benefícios, sem entender a situação.

Na avaliação de Karam, a crise exige muito equilíbrio na condução da política econômica, o que, pelo jeito, não vem ocorrendo no Paraná. "Nós não entendemos que seja justo mencionar que as empresas não geraram benefícios e crescimento ao Estado. É preciso lembrar que as demissões que estão ocorrendo atualmente são resultados de uma crise mundial, na qual as empresas, os trabalhadores e o governo estão sendo penalizados sem serem os responsáveis pelo fato. Houve uma grande geração de empregos devido ao acréscimo extraordinário dos serviços das empresas. As opções legais de acordos como a suspensão do contrato de trabalho e a redução de jornada foram, simplesmente, varridas das mesas de negociação pelos sindicatos laborais e pelo próprio Ministério do Trabalho. Neste momento, o governo deveria pensar em ações que não afastem investimentos futuros e não prejudiquem a população paranaense", finaliza.

SALÁRIO MÍNIMO NO PARANÁ DEVE FICAR EM TORNO DE R\$ 620

03/03/2009 – Gazeta do Povo

O secretário de planejamento do Paraná, Ênio Verri, afirmou na manhã desta terça-feira (3) que o novo valor do salário mínimo regional, que entrará em vigor no dia 1º de maio, deve ficar entre R\$ 615 e R\$ 629 para as categorias que não têm acordo coletivo de trabalho. A alteração representa reajuste de 14,9% sobre os atuais valores (R\$ 527 a R\$ 547,80), e fica 35,2% acima do salário mínimo nacional, que subiu 12% no dia 1º de fevereiro, passando de R\$ 415 para R\$ 465.

O anúncio foi feito durante a reunião semanal da Escola de Governo, no auditório do Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba. Segundo Verri, a proposta deverá ser encaminhada ainda nesta terça à Assembléia Legislativa, onde será votada pelos deputados. O secretário disse que governo chegou ao valor após estudos que envolveram a secretaria do trabalho, as Centrais Sindicais, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). "Nossa intenção é manter o salário mínimo do Paraná entre os mais altos do Brasil", afirmou.

Ele disse, ainda, que o salário médio no ato da contratação no estado é de R\$ 630, o que significa que a implantação do reajuste não deve prejudicar as empresas. "A expectativa do governo é de aumento na renda, que elevará o consumo, de modo a tornar o Paraná um dos estados que mais gera empregos no país", disse Verri.

O reajuste, se aprovado pelos parlamentares, será inferior ao do ano passado, quando o salário mínimo regional subiu 15,27%. Entre maio de 2007 e maio de 2008, o mínimo paranaense variou de R\$ 462 a R\$ 475,20.

JUÍZES QUEREM MECANISMO CONTRA DISPENSA IMOTIVADA

03/03/2009 – Valor Econômico

Uma pesquisa de opinião realizada entre juízes trabalhistas revela que as empresas que demitirem sem prestar contas à Justiça deverão enfrentar problemas. Segundo dados levantados pela Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), nada menos do que 78% dos juízes trabalhistas são contra a possibilidade de demissão imotivada. A pesquisa mostra ainda que os juízes são favoráveis ao

fortalecimento dos sindicatos e rechaçam o livre funcionamento do mercado de trabalho, além de serem contra as restrições criadas pela nova lei de falências à sucessão do passivo trabalhista.

Ruy Baron / Valor



*Para José Cláudio Montesso:
empresas que demitirem sem
prestar contas podem encontrar
resistência de juízes*

Recentemente, grandes empresas que promoveram cortes devido a complicações financeiras e queda nas vendas viram as demissões suspensas na Justiça do Trabalho sob a alegação de que antes é necessária a justificação dos motivos e negociação prévia com o sindicato. Para o presidente da Anamatra, Cláudio Montesso, a pesquisa revela que as empresas que demitirem sem antes prestarem contas podem contar com a resistência dos juízes trabalhista. "A preservação do emprego é uma preocupação dos juízes. É preciso mecanismos para que a demissão não seja calcada apenas na decisão do empregador", diz o juiz.

Segundo Montesso, há uma tendência de as empresas acharem que a demissão é uma decisão meramente econômica, mas, principalmente no caso das demissões em massa, trata-se de um problema social. A Constituição Federal garante que a atividade empresarial também tem uma função social, diz o juiz, o que garante que não há necessidade de uma lei específica para dizer que as demissões precisam ser justificadas e negociadas.

No momento, o Brasil está em um impasse quando à assinatura da Convenção nº158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela qual toda demissão deve ser justificada. Aprovada pela presidência da República, a norma encontrou resistência no Congresso Nacional. Segundo advogados, sem a aprovação dessa convenção, não é possível impor restrições à demissão. "Mas há controvérsias, e são bem fundamentadas", afirma Montesso.

Outros pontos da pesquisa revelam que os juízes valorizam o fortalecimento dos sindicatos. Para 63% deles a negociação coletiva é o mecanismo que deve ser mais valorizado na hora de se fixar as condições de uso e remuneração do trabalho, à frente do Estado, com 30% das preferências, e do livre mercado, com apenas 4% dos votos.

Outra constatação da pesquisa é a dificuldade que a nova lei de falências terá para evitar transferência do passivo trabalhista das empresas quebradas para aquelas que adquirirem seus ativos. Nada menos de 83,9% dos juízes defendem a sucessão trabalhista nos casos de falência ou de qualquer outro tipo de extinção de empresa. (FT)

SEGUNDO VOLKS, DEMISSÕES NÃO ATINGIRÃO O BRASIL

03/02/2009 – O Estado do Paraná

A Volkswagen vai cortar em 2009 todos os trabalhadores terceirizados, contratados por agências de emprego. A informação foi dada pelo presidente da empresa, Martin Winterkorn, em entrevista à revista alemã Der Spiegel. A subsidiária brasileira informou que o anúncio não afeta o País, porque não há terceirizados na linha de produção.

Perguntado sobre quantos seriam os terceirizados ao final de 2009, Winterkorn confirmou que não restaria nenhum empregado subcontratado. Segundo a revista, em dezembro de 2008, eram 16.500 mil trabalhadores com esse tipo de contrato. A resposta do executivo foi direta: "Não empregaremos nenhum. Isso é terrível para as pessoas afetadas. Mas não há outra solução." A frase de Winterkorn surpreendeu. Até agora, a empresa evitava fazer previsões sobre possíveis cortes. Recentemente, o diretor financeiro da Volks, Hans Dieter Pötsch, advertia que teria de "desligar a maioria" se a conjuntura não reagisse.

Só na Alemanha há perto de 4.500 trabalhadores com contratos terceirizados. O Brasil e os países do Leste Europeu concentram um grande número de temporários, cujos contratos têm prazo de validade.

As vendas da primeira montadora da Europa diminuíram cerca de 15% em janeiro. A empresa prevê para 2009 uma queda de 10%. "Com redução de jornada de trabalho, conseguimos não produzir reservas de carros. Temos uma semana de trabalho de 35 horas que podemos reduzir a até 28 horas. Podemos também limitar a produção e garantir (a manutenção) do pessoal fixo. Para este ano, não vejo nenhum problema", disse à Der Spiegel.

VOLKS ANUNCIA ALTA DE 15% NO LUCRO

03/02/2009 – Notas Gestão Sindical

A montadora alemã Volkswagen informou ontem que seu lucro líquido em 2008 teve crescimento de 15,4%, para 4,8 bilhões de euros. As vendas no período cresceram 4,5%, atingindo 114 bilhões de euros. No sábado, o presidente mundial da montadora, Martin Winterkorn, disse que a Volks demitirá neste ano 16,5 mil funcionários devido à crise. A Volks do Brasil informou que as demissões não serão feitas no país. Ontem, a montadora chamou 7 mil funcionários da unidade de São Bernardo (SP) para fazer hora extra no sábado, o que indica o aquecimento do mercado.

VENDAS AQUECIDAS NO SETOR DE VEÍCULOS

03/03/2009 – Notas Documento Reservado



A indústria automobilística ainda está pulando o Carnaval. As montadoras acabam de fechar os números de fevereiro e o resultado foi superior ao de janeiro. No mês passado foram vendidos 199.391 veículos contra 197.476 em janeiro. A média diária, no entanto, é muito maior: enquanto fevereiro teve somente dezoito dias úteis, janeiro contou com 24. Em relação a fevereiro de 2008, o aumento foi 0,7% menor, em números absolutos. A razão do bom desempenho tem nome e sobrenome: maior disponibilidade de crédito e antecipação de compra de carros novos por

parte dos consumidores, pois está previsto para o final de março o término da redução do IPI que vigora desde o início de dezembro.

LULA ESPERA MELHORA DA ECONOMIA APENAS NO SEGUNDO TRIMESTRE

03/03/2009 – Valor Econômico

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que o primeiro trimestre será o mais "delicado" para a economia brasileira, por conta dos efeitos da crise mundial, e que espera uma recuperação a partir do segundo trimestre. "Continuo otimista com relação ao ano de 2009".

Ele previu que as contratações devem superar as demissões este ano, apesar dos saldos negativos dos últimos três meses e das dispensas em massa em empresas como a Embraer. "É importante não comparar o que acontece no Brasil com outros países. Não temos uma crise generalizada".

No programa de rádio semana, Lula chegou a admitir que o desemprego pode até registrar piora em fevereiro. "Tivemos a primeira grande queda em dezembro. Depois tivemos uma queda menor em janeiro e, certamente, vamos ter em fevereiro".

Segundo o presidente, o governo vai atuar em quatro frentes para garantir a oferta de emprego no país: contratar dois a três turnos de operários para agilizar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); anunciar em breve um programa de construção de 1 milhão de casas populares; promover a troca de geladeiras e fogões nas residências; e estimular a renovação das frotas de caminhões.

Lula fez questão de frisar que a Embraer, que demitiu 4,2 mil trabalhadores no último dia 19, é um caso excepcional, porque 90% da produção é direcionada ao exterior. O presidente informou que o governo está discutindo formas de estimular a aviação regional, com aviões da Embraer. E criticou indiretamente as companhias aéreas nacionais, como TAM e Gol. "Não podemos nem nos queixar dos países estrangeiros que suspenderam pedidos, porque empresas brasileiras não fazem pedidos para a Embraer".

Lula esteve ontem em São Paulo para uma reunião com o primeiro-ministro dos Países Baixos, Jan Peter Balkenende, que está visitando o país. Em um discurso de improviso para empresários dos dois países na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Lula se mostrou preocupado com a falta de crédito e criticou o protecionismo, que deverá ser sua principal bandeira no encontro do G-20, no dia 4 de abril, em Londres.

O presidente brasileiro disse que empresas de grande porte, como a Petrobras, ao buscar dinheiro no país por conta da falta de liquidez externa, disputam crédito com pequenas e médias companhias. Ao invés de criticar os bancos pelo spread como tem sido a tônica do governo, Lula disse que essa concorrência tornou o spread mais "caro" e o crédito mais "seletivo".

"Não temos o direito de aceitar o protecionismo como solução para a crise. Se os americanos, a Europa e o Brasil se fecharem, a crise ganhará uma dimensão maior", disse Lula. O tema é desconfortável para a Fiesp, que reúne setores que pedem proteção contra a concorrência. Lula pediu que a conclusão da Rodada Doha seja uma prioridade do G-20 e recebeu o apoio do primeiro-ministro dos Países Baixos. Os empresários holandeses da comitiva demonstraram interesse pelas obras do PAC. Lula

e Balkenende trocaram camisas das seleções de Brasil e Holanda e disseram que os países, além do comércio, compartilham o amor ao futebol. (colaborou Bianca Ribeiro, do Valor Online)

AUMENTA CONFIANÇA DA INDÚSTRIA

03/03/2009 – Notas Documento Reservado

De acordo com o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV), o Índice de Confiança da Indústria (ICI) cresceu pela segunda vez seguida, passando de 75,3 pontos para 76,3 pontos entre janeiro e fevereiro. Apesar do aumento, o índice é o quarto menor da série histórica iniciada em abril de 1995, superando apenas os resultados de outubro de 1998 (71,2 pontos); dezembro de 2008 (74,7 pontos) e janeiro de 2009 (75,3 pontos).

Quanto às perspectivas para os próximos meses, o levantamento mostra que, em comparação com janeiro, o Índice de Expectativas (IE) teve recuperação, passando de 72,5 pontos para 75,2 pontos. Já o Índice da Situação Atual (ISA) recuou de 78,1 para 77,4 pontos. Por outro lado, das 1.072 empresas pesquisadas, 23,4% declararam acreditar na melhora no cenário econômico, ante os 12,8% verificados em janeiro.

RECEITA DIVULGA VARIAÇÃO DA SELIC DE FEVEREIRO DE 2009

03/03/2009 – Notas COAD

A taxa SELIC, relativa a fevereiro/2009, aplicável na cobrança, restituição ou compensação de tributos e contribuições federais a partir de março/2009, foi fixada em 0,86%, conforme divulgado antecipadamente pela COAD.

Veja a seguir a íntegra do ADE 13 CODAC/2009, publicado no Diário Oficial desta terça-feira, dia 3/3, fixando a variação da SELIC.

"ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 2 DE MARÇO DE 2009

Divulga a taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais relativa ao mês de fevereiro de 2009.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 13 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, nos arts. 16 e 39 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, no art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e no art. 73 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, declara:

Art. 1º A taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, relativa ao mês de fevereiro de 2009, aplicável na cobrança, restituição ou compensação de tributos federais, a partir do mês de março de 2009, é de 0,86 %.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO DE ALBUQUERQUE LINS"

DÉBITOS COM A UNIÃO: DÍVIDAS PODERÃO SER PERDOADAS

03/03/2009 – Notas COAD

Câmara pode votar MP que renegocia débitos com a União

O perdão de dívidas junto à União de valores iguais ou inferiores a R\$ 10 mil é o primeiro item da pauta do Plenário hoje (03/03). O benefício consta da Medida Provisória 449/08, que faz outras mudanças na legislação tributária, como a subvenção a produtores independentes de cana-de-açúcar da região Nordeste. A MP tranca a pauta do Plenário. A Ordem do Dia está marcada para as 16 horas.

As dívidas perdoadas são tanto as das empresas quanto as das pessoas físicas e o limite de R\$ 10 mil será considerado separadamente para cada tipo de dívida: débitos inscritos na dívida ativa; contribuições sociais ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); e demais débitos administrados pela Receita Federal.

Quanto aos produtores de cana-de-açúcar, o custo total estimado é de R\$ 77 milhões na safra 2008/2009. Segundo o governo, os plantadores de cana nordestinos enfrentam dificuldades devido à queda do preço do produto em níveis abaixo do custo de produção, mais elevado nessa região por ocorrer em áreas nas quais não é possível a mecanização total.

IOF

A MP 449/08 também institui a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na atividade de leasing caso o valor total financiado corresponda a mais de 75% do custo do bem.

A MP criou polêmica, entretanto, por não incluir outras reivindicações empresariais, como a possibilidade de aproveitamento do chamado "crédito-prêmio" do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Esse mecanismo, criado em 1969 para estimular a exportação, foi extinto em 1983.

Os empresários entraram na Justiça pedindo o aproveitamento dos créditos por mais tempo, mas o Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou. Negociações com o governo também não resultaram em um texto que agradasse a classe empresarial. Estima-se que os créditos acumulados por esse benefício estejam entre R\$ 30 bilhões e R\$ 40 bilhões.

Outras sete medidas provisórias constam da pauta, mas não obstruem os trabalhos.

FONTE: Agência Câmara

VENCE DIA 6 DE MARÇO O PRAZO PARA RECOLHIMENTO

03/03/2009 – Notas COAD

No dia 6/3 (sexta-feira), vence o prazo para recolhimento, sem acréscimos, do FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Estão obrigados ao recolhimento todo empregador urbano ou rural, e o empregador doméstico quando tiver optado.

O fato gerador do recolhimento é a remuneração do mês de fevereiro/2009.

O arquivo SEFIP deverá ser transmitido com as informações à Previdência Social, mesmo que não haja recolhimento ao FGTS.

EMPREGADO QUEIMADO COM SODA CÁUSTICA RECEBERÁ INDENIZAÇÃO

02/03/2009 – Notas COAD

A Têxtil Renaux, de Brusque (SC), foi condenada pela Justiça do Trabalho a pagar indenização por danos morais, estéticos e lucros cessantes a um auxiliar de tinturaria de fios vítima de acidente de trabalho. O funcionário adicionava produtos químicos em uma máquina quando uma explosão o atingiu com soda cáustica, causando queimaduras de primeiro, segundo e terceiro grau em sua cabeça, tórax, membros superiores, vias aéreas e olhos.

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) condenou a empresa ao pagamento de danos morais no valor de R\$ 20.000,00, danos estéticos no valor de R\$ 80.000,00, e lucros cessantes no valor de R\$ 50.000,00, por entender que o funcionário não recebeu treinamento adequado para a operação da máquina. As quantias foram estabelecidas a partir dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, considerando as sequelas que o acidente deixou no trabalhador, sua idade reduzida (o empregado tinha 19 anos), e a necessidade de realização de cirurgias reparadoras.

A empresa recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho. O relator, ministro Ives Gandra Filho, negou provimento ao recurso da empresa, afirmando que os direitos à vida, integridade física, liberdade, igualdade, imagem e honra do trabalhador foram violados. O ministro lembrou ainda que, de acordo com a perícia médica, a cicatrização foi inadequada, "com cicatrizes inestéticas que permanecerão para sempre, de forma visível", o que reduziu a sua capacidade de trabalho e o impediu de continuar a exercer qualquer atividade até que sejam realizadas cirurgias e tratamentos estéticos de longo prazo. A Sétima Turma do TST seguiu por unanimidade o despacho do relator. (A-RR 969/2005-010-12-00.5).

FONTE: TST